APRESENTAÇÃO

Em 2017, o Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado editou a Revista nº 85, dedicada exclusivamente a assuntos relacionados ao procedimento disciplinar. A Revista celebrava o primeiro quinquênio de existência da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, nossa querida PPD, criada pela Lei Complementar nº 1.183, de 30 de agosto de 2012. A PPD agora completa seu segundo quinquênio, e, para comemorar esse marco, o Centro de Estudos edita a Revista nº 95, também dedicada exclusivamente aos procedimentos disciplinares.

Tive a honra de coordenar a Revista nº 85, honra que se renova e se avulta com a coordenação e apresentação desta edição, que conta com artigos de procuradoras e procuradores do estado que atuam em assuntos de natureza disciplinar em seu trabalho cotidiano.

Os artigos abordam temas atuais do Direito Disciplinar paulista, que sofreu profundas modificações com a publicação da Lei Complementar nº 1.361, de 21 de outubro de 2021, principalmente ao introduzir a consensualidade na solução dos conflitos disciplinares, diante da possibilidade de adoção de práticas autocompositivas, termo de ajustamento de conduta e suspensão condicional da sindicância; houve também alteração nos ilícitos relacionados à inassiduidade, que tem gerado uma série de controvérsias no âmbito da Administração Pública. Sobre essas alterações cuidam os primeiros artigos: O Dr. Inacio de Loiola Mantovani Fratini escreve sobre as bases teóricas para um programa sancionatório adequado, com superação do paradigma exclusivamente punitivista; a Dra. Ana Paula Vendramini Segura, com a experiência que acumulou à frente do Prac (Programa de Resolução Adequado de Conflitos Disciplinares), discorre sobre o papel da Procuradoria-Geral do Estado na regulamentação das práticas autocompositivas; a Dra. Adriana Masiero Rezende faz apontamentos sobre as inovações da Lei Complementar nº 1.361, trazendo para a publicação sua experiência na Assessoria Técnico Legislativa; o Dr. Ricardo Kendy Yoshinaga aprofunda pontos controvertidos relacionados à suspensão condicional da sindicância, e o subscritor escreve sobre as alterações nos ilícitos de inassiduidade.

A pandemia de Covid-19 e as restrições dela decorrentes trouxeram uma nova realidade para a condução dos processos disciplinares, diante da impossibilidade de realização de audiências presenciais. A nova realidade impôs a realização de audiências virtuais para todos os casos em tramitação, e sobre a implantação delas trata o artigo do Dr. Norberto Oya.

O Dr. René Zamlutti Júnior aborda o tema da independência das instâncias administrativa e judicial, diante de recente julgado do Superior Tribunal de Justiça; a Dra. Kristina Yassuko Iha Kian Wandalsen, as cautelas na oitiva de crianças e adolescentes, comuns principalmente em processos oriundos da Secretaria de Educação.

Há dois artigos sobre as alterações introduzidas na Lei de Improbidade Administrativa pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021: o escrito em conjunto pelas Dras. Melissa Di Lascio Sampaio e Suzane Ramos Rosa Esteves, sobre os entendimentos vigentes na Procuradoria-Geral do Estado acerca da irretroatividade de alterações benéficas ao réu no âmbito do disciplinar, e o do Dr. José Carlos Cabral Granado, analisando o combate à evolução patrimonial incompatível com os vencimentos.

A Dra. Margarete Gonçalves Pedroso analisa o combate do assédio assexual nas repartições públicas estaduais, sob a perspectiva da utilização dos instrumentos do direito disciplinar.

Completando o arco procedimental, a Dra. Luciana R. L. Saldanha Gasparini discorre sobre os meios legais de impugnação das decisões administrativas tomadas em procedimentos disciplinares.

São raras as publicações de Direito Disciplinar que enfrentam temas diretamente relacionados à interpretação e aplicação da legislação disciplinar paulista, razão da importância desta Revista que, além de suprir uma lacuna da literatura jurídica, fornece uma fonte de consulta extremamente útil para todos aqueles que atuam no procedimento disciplinar, desde o conhecimento do fato tido por irregular até a decisão final da mais alta autoridade do Estado.

Boa leitura!